

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras dos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010.

Balanços Patrimoniais em 30 de Junho de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2011	2010	PASSIVO	Notas	2011	2010
Circulante		20.889	22.814	Circulante		16.712	12.190
Disponibilidades	4	12.827	11.203	Outras obrigações		16.712	12.190
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	4.502	10.401	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		189	122
Aplicações operações compromissadas		4.502	10.401	Carteira de câmbio	9.a	4.548	5.896
Tít. e val. mobiliários e derivativos	6	640	573	Fiscais e previdenciárias	9.b	8.543	3.792
Aplicações operações compromissadas		640	573	Diversas	9.c	3.432	2.380
Outros créditos	7	2.769	610	Exigível a longo prazo		9.344	5.401
Diversos		2.769	610	Outras obrigações		9.344	5.401
Outros valores e bens		151	27	Fiscais e previdenciárias	10	9.344	5.401
Despesas antecipadas		151	27	Patrimônio líquido		13.929	14.505
Realizável a longo prazo		12.898	7.001	Capital		8.170	8.000
Outros créditos	7	12.239	7.000	De domiciliados no país	11	8.170	8.000
Diversos		12.239	7.000	Reservas de capital		-	170
Outros valores e bens		659	1	Reservas de lucros		3.728	6.335
Despesas antecipadas		659	1	Lucros acumulados		2.031	-
Permanente		6.198	2.281				
Investimentos		32	32				
Títulos patrimoniais		7	7				
Outro investimentos		25	25				
Imobilizado de uso	8	5.445	1.244				
Imóveis de uso		22	22				
Outras imobilizações de uso		10.252	2.940				
(Depreciações acumuladas)		(4.829)	(1.718)				
Diferido		580	899				
Gastos em imóveis de terceiros		2.783	2.821				
Gastos com logísticos		588	432				
(Amortização acumulada)		(2.791)	(2.354)				
Intangível		141	106				
Outros ativos intangíveis		223	138				
(Amortização acumulada)		(82)	(32)				
Total do ativo		39.985	32.096	Total do passivo		39.985	32.096

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2009	Capital	Reservas de	Reservas de Lucros		Lucros	Total
	Realizado	Capital	Reserva Legal	Reserva Especial de Lucros	Acumulados	
Lucro líquido do semestre	8.000	170	1.137	10.443	-	19.750
Destinação de reservas	-	-	-	-	4.755	4.755
Distribuição de dividendos	-	-	238	4.517	(4.755)	-
Saldos em 30 de junho de 2010	8.000	170	1.375	4.960	-	14.505
Saldos em 31 de dezembro de 2010	8.000	170	1.681	1.782	-	11.633
Aumento de capital	170	(170)	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	5.296	5.296
Destinação de reservas	-	-	-	265	(265)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Saldos em 30 de junho de 2011	8.170	-	1.681	2.047	2.031	13.929

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de Junho de 2011 e de 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, empresa constituída em 12 de julho de 1967 ("Distribuidora"), está voltada basicamente para operações no mercado financeiro de câmbio com taxas flutuantes. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

3. Sumário das principais práticas contábeis: **a) Ajustamento do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "títulos para negociação" e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Em 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. **e) Operações de câmbio:** As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base *pro rata* dia) auferidas. **f) Imobilizado, diferido e intangível:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados, 4% para imóveis de uso e 10% a.a. para os demais itens. O ativo diferido é composto por beneficiárias em imóveis de terceiros, com amortizações anuais de 10%. A partir de 30 de setembro de 2008, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 3.617/08, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a permanência dos saldos existentes naquela data até a sua efetiva baixa. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil

definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. **h) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. **i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2011	2010
Disponibilidades em moeda local (i)	3.334	1.126
Disponibilidades em moedas estrangeiras (i)	4.923	6.382
Depósitos bancários	4.570	3.895
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	4.502	10.401
Total	17.329	21.604

i. Correspondem aos numerários em espécie (moedas local e estrangeiras), disponíveis para operações de compra e venda.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2011	2010
Operações compromissadas - posição bancada		
Vencimento até 30 dias		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.502	10.401
Total	4.502	10.401

6. Títulos e valores mobiliários: Em 30 de junho de 2011 e 2010 as operações com títulos e valores mobiliários estão compostas como demonstrado a seguir:

	2011	2010
Títulos para negociação -		
vencimento de 1 a 3 anos		
Carteira própria - livres	640	573
Certificados de depósitos bancários - CDBs	640	573
Total	640	573

causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da

Demonstrações do Resultado

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2011	2010
Receitas da intermediação financeira		35.482	21.838
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		-	603
Resultado de títulos e valores mobiliários		269	-
Resultado de operações de câmbio		35.213	21.235
Resultado bruto da intermediação financeira		35.482	21.838
Outras receitas/ (despesas) operacionais		(26.623)	(13.916)
Receitas de prestação de serviços		94	214
Despesas de pessoal	13	(13.272)	(7.102)
Outras despesas administrativas	14	(10.655)	(6.182)
Despesas tributárias		(1.864)	(1.113)
Outras despesas/receitas operacionais		(926)	267
Resultado operacional		8.859	7.922
Resultado não operacional		11	8
Resultado antes da tributação			
e da participação sobre o resultado	10	8.870	7.930
Provisão para imposto de renda		(2.437)	(1.977)
Provisão para contribuição social		(1.103)	(1.193)
Participações estatutárias no lucro		(34)	(5)
Lucro líquido do semestre		5.296	4.755
Lucro líquido por ação (em R\$)		4,53	4,06

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

7. Outros créditos - diversos	2011	2010
Descrição		
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	400	11
Impostos a compensar	1.621	-
Devedores diversos - país (i)	482	580
Outros	266	19
Total	2.769	610
Realizável a longo prazo		
Adiantamentos para futuras imobilizações	-	197
Crédito Tributário (Nota 10b)	3.737	1.020
Devedores de depósitos em garantia (ii)	8.484	5.639
Outros	18	144
Total	12.239	7.610

(i) Representado por câmbio vendido a liquidar.
(ii) Refere-se ao depósito judicial do PIS/COFINS proveniente da Lei 9.718/98, alargamento da base de cálculo.

8. Imobilizado de uso	% Taxa de depreciação anual	2011	2010
Descrição			
Edificações	4	22	22
Instalações	10	5.014	255
Móveis e equipamentos de uso	10	1.660	948
Sistema de comunicação	10	412	285
Sistema de processamento de dados	20	1.725	1.037
Sistema de segurança	10	1.054	389
Sistema de transporte	20	386	26
(-) Subtotal - Custo		10.273	2.962
(-) Depreciações acumuladas		(4.828)	(1.718)
Total imobilizado		5.445	1.244

9. Outras obrigações

a) Carteira de câmbio: O saldo de R\$ 4.548 (R\$ 5.896 em 2010) é proveniente das operações de câmbio sobre "travellers cheques" e "visa travel money" a liquidar.

b) Fiscais e previdenciárias	2011	2010
Descrição		
Circulante		
Provisão para impostos sobre o lucro	7.277	3.170
Impostos e contribuições sobre salários	1.138	595
Outras	128	27
Total	8.543	3.792

Exigível a longo prazo

Provisão para riscos fiscais (Nota 15)

c) Diversas	2011	2010
Descrição		
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	2.340	1.465
Valores a pagar - sociedades ligadas	152	72
Cretores diversos - País (i)	930	843
Total	3.432	2.380

i. Operações de câmbio pendentes de liquidação

10. Imposto de renda e contribuição social: **a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2011 e 2010**

	2011		2010	
Descrição	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e de participações	8.870	8.870	7.931	7.931
Adições	9.432	9.432	43	43
Provisão para riscos fiscais	9.344	9.344	-	-
Outras	88	88	43	43
Exclusões	33	33	19	19
Participação nos lucros	33	33	5	5
Outras	-	-	14	14

Base do imposto de renda e da contribuição social

Imposto de renda e contribuição social

Dedução de incentivos fiscais

Imposto de renda e contribuição social - valores correntes

Impostos diferidos

Total do imposto de renda e da contribuição social

b) Créditos tributários: Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, ambas do Banco Central do Brasil, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo 31/12/2010	Constituições	Realizações	Saldo 30/06/2011
--	------------------	---------------	-------------	------------------